



Número: **0800250-92.2020.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **08/01/2020**

Valor da causa: **R\$ 12.656,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA DE FATIMA COSTA (AUTOR)		CLAUDIA MARIA TERTULINO COSTA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9673170	13/05/2020 11:23	<a href="#">Citação</a>	Citação
9639810	13/05/2020 09:49	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
9617518	11/05/2020 10:16	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
9028165	29/03/2020 16:48	<a href="#">Manifestação</a>	Manifestação
9028167	29/03/2020 16:48	<a href="#">MARIA DE FÁTIMA - MANIFESTAÇÃO JUNTADA</a>	Manifestação
9028168	29/03/2020 16:48	<a href="#">MARIA DE FATIMA 1</a>	Documentos
9028169	29/03/2020 16:48	<a href="#">MARIA DE FATIMA 2</a>	Documentos
8944972	25/03/2020 16:41	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
8749057	10/03/2020 12:13	<a href="#">TRIAGEM</a>	Certidão
8122681	30/01/2020 16:00	<a href="#">Manifestação</a>	Manifestação
8122683	30/01/2020 16:00	<a href="#">MARIA DE FÁTIMA - JUNTADA.</a>	Petição
8122687	30/01/2020 16:00	<a href="#">Maria de Fatima - Procuração</a>	Procuração
8039794	27/01/2020 10:09	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
7787258	08/01/2020 12:06	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
7787261	08/01/2020 12:06	<a href="#">MARIA DE FATIMA - DPVAT</a>	Petição
7787262	08/01/2020 12:06	<a href="#">PROCURAÇÃO</a>	Procuração
7787264	08/01/2020 12:06	<a href="#">Declaração</a>	Documentos
7787265	08/01/2020 12:06	<a href="#">Boletim</a>	Documentos
7787267	08/01/2020 12:06	<a href="#">Prontuário médico</a>	Documentos

77872 68	08/01/2020 12:06	<a href="#">laudos medico</a>	Documentos
-------------	------------------	-------------------------------	------------



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
GABINETE DA 2ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA  
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0800250-92.2020.8.18.0140  
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]  
AUTOR: MARIA DE FATIMA COSTA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

#### CARTA DE CITAÇÃO VIA SISTEMA

Ao Senhor

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Comunico-lhe que tramita nesta **2ª Vara Cível da Comarca de Teresina** a Ação PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) (Processo n.o 0800250-92.2020.8.18.0140) que tem como requerente AUTOR: MARIA DE FATIMA COSTA e como requerido REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

É, pois, a presente para **CITAR**, por meio de Vossa Senhoria, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. , para **CONTESTAR**, querendo, esta ação no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, sob pena de se considerarem verdadeiros os fatos alegados pela autora, nos termos do art. 344 do Novo Código de Processo Civil.

As cópias dos documentos necessários podem ser acessadas, utilizando as chaves de acesso abaixo,



na url <https://tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> :

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	20010812060337800000007441938
Despacho	Despacho	20051309493400500000009178294

TERESINA-PI, 13 de maio de 2020.

**LEDA RAQUEL CALADO E SILVA LOBAO LOPES**  
Secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Teresina





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**2ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA**  
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

**PROCESSO Nº: 0800250-92.2020.8.18.0140**  
**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]**  
**AUTOR: MARIA DE FATIMA COSTA**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **DESPACHO**

Preenchido os requisitos legais, defiro ao Autor os benefícios da justiça gratuita.

Ante as especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento posterior a análise da conveniência da audiência de conciliação, nos termos do art.139, VI, do NCPC e em consonância com o Enunciado n.35 da ENFAM ("Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo").

Cite-se a parte Ré para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, devendo constar da carta/mandado que a ausência de contestação implicará no decreto da revelia e na presunção de veracidade dos fatos elencados na petição inicial.

Cumpra-se.

**TERESINA-PI, 12 de maio de 2020.**

**Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Teresina**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
GABINETE DA 2ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA  
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

---

PROCESSO Nº: 0800250-92.2020.8.18.0140  
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]  
AUTOR: MARIA DE FATIMA COSTA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **CERTIDÃO**

**CERTIFICO, nesta data, que tendo a parte autora se manifestado TEMPESTIVAMENTE acerca do Despacho ID nº 8944972, faço os autos conclusos para os devidos fins.**

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 11 de maio de 2020.

**ISABELLE BASTOS LIMA**  
Secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Teresina



JUNTADA



# *Escritório de Advocacia*

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO DA 2ª CÍVEL  
DA COMARCA DE TERESINA – PIAUÍ**

**PROCESSO Nº:** 0800250-92.2020.8.18.0140

**MARIA DE FATIMA COSTA**, já qualificada nos autos em epígrafe, por sua procuradora subscrita, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência em atendimento ao Despacho (8944972), requerer a juntada de documentos; **Requerimento Administrativo bem como o Recebimento de valor pago pela Requerida**, para instrução do referido processo.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Teresina, 30 de março de 2020.

Claudia Tertulino Costa

OAB/PI 11.719





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 20 de Novembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190640229

Vítima: MARIA DE FATIMA COSTA

Data do Acidente: 22/06/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), MARIA DE FATIMA COSTA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Carta nº 15125419







Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

**Rio de Janeiro, 05 de Dezembro de 2019**

**Nº do Pedido do**

**Seguro DPVAT: 3190640229**

**Vítima: MARIA DE FATIMA COSTA**

**Data do Acidente: 22/06/2019**

**Cobertura: INVALIDEZ**

**Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO**

**Senhor(a), MARIA DE FATIMA COSTA**

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 843,75

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade do segmento lombar da coluna vertebral 25%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 25%) 6,25%

Valor a indenizar: 6,25% x 13.500,00 = R\$ 843,75

Recebedor: **MARIA DE FATIMA COSTA**

Valor: **R\$ 843,75**

Banco: **104**

Agência: **000000029**

Conta: **0000044302-6**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: [www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco).

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**2ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA**  
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

**PROCESSO Nº: 0800250-92.2020.8.18.0140**  
**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]**  
**AUTOR: MARIA DE FATIMA COSTA**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **DESPACHO**

Defiro ao autor os benefícios da justiça gratuita.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 839.314, decidiu que é necessário, sob pena de extinção por falta de interesse processual, que a parte junte aos autos o comprovante de que esgotou a via administrativa:

#### **RECURSO EXTRAORDINÁRIO 839.314 (835)**

ORIGEM : PROC - 90820121 - TJMA - TURMA RECURSAL  
ÚNICA DE IMPERATRIZ

PROCED. : MARANHÃO

**RELATOR :MIN. LUIZ FUX**

RECTE.(S) : FRANCISCO BORGES LEAL

ADV.(A/S) : DÁVIO SÓCRATES DE SOUSA NASCIMENTO E  
OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S) : SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DE SEGURO DPVAT S/A

ADV.(A/S) : DINA CLÁUDIA DOS REIS PEREIRA SOARES E  
OUTRO(A/S)

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL  
CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO  
REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE  
INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO  
GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE  
631.240-RG.**

**1. O estabelecimento de condições para o exercício do  
direito de ação é compatível com o princípio do livre  
acesso ao Poder Judiciário, previsto no art. 5.º, XXXV, da  
Constituição Federal, conforme firmado pelo Plenário da  
Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida  
nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso.**



**2. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejar a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracteriza após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas.**

**3. In casu, o acórdão recorrido assentou:**

“2. Inexiste uma das condições da ação, pois que não houve indícios de que fora realizado qualquer pedido administrativo perante a Seguradora reclamada. 3. Inexiste necessidade do pronunciamento judicial, pois não havendo que se falar em pretensão resistida a justificar a propositura da presente demanda, não há o interesse de se ingressar com a demanda em juízo.”

Assim, determino a emenda à inicial para que o autor junte aos autos, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção, cópia do processo administrativo junto à seguradora requerida, documento indispensável a demonstrar o seu interesse jurídico, bem como adite a sua petição inicial para esclarecer sobre eventuais valores recebidos na via administrativa.

Expedientes necessários. Cumpra-se.

-

**TERESINA-PI, 23 de março de 2020.**

**Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Teresina**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
GABINETE DA 2ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA  
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

---

PROCESSO Nº: 0800250-92.2020.8.18.0140  
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]  
AUTOR: MARIA DE FATIMA COSTA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **Certidão de Triagem**

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da representação bem como o pedido de gratuidade da justiça, motivo pelo qual faço sua conclusão para despacho inicial.

TERESINA-PI, 10 de março de 2020.

**LEDA RAQUEL CALADO E SILVA LOBAO LOPES**  
Secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Teresina



JUNTADA



# Escritório de Advocacia

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA  
CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA – PIAUÍ**

**Processo nº 0800250-92.2020.8.18.0140**

**MARIA DE FATIMA COSTA**, já qualificada nos autos em epígrafe, por sua procuradora subscrita, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência em atendimento ao Ato Ordinatório (8039794), requerer a juntada da Procuração, para instrução do referido processo.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Teresina, 30 de janeiro de 2020.

Claudia Tertulino Costa

OAB/PI 11.719



## PROCURAÇÃO AD JUDICIA

OUTORGANTE MARIA DE FÁTIMA COSTA, brasileira, portadora do RG nº 1.226.112 SSP/PI e CPF nº 504.722.323-04, residente e domiciliada na Rua Forta Leza, Q-RO1, C-06, Parque Brasil, Teresina/PI -

nomeia e constitui como sua procuradora, Claudia Maria Tertulino Costa, advogada, com registro na OAB/PI nº 11.719, e-mail: [claudiatertulinocosta@hotmail.com](mailto:claudiatertulinocosta@hotmail.com), com Escritório profissional na Av. Abdias Neves, nº 1850, Bairro Cristo Rei, nesta capital, onde recebe as intimações de estilo, concedendo amplos e ilimitados poderes com as cláusulas ad judicium e extra para foro em geral, para representá-lo em qualquer instância ou Tribunal em qualquer ação em que o(s) outorgante(s), seja(m) autor(s) ou réu(s) ou de qualquer forma interessado(s), em conjunto ou separadamente, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, habilitar e retificar, ceder e prometer, e delas variar ou desistir, acompanhando-as em todos os seus termos até o final, podendo para tanto acordar, agravar ou apelar de qualquer despacho ou sentença fazer e assinar requerimentos, documentos necessários, produzir provas, justificações, requerer falência ou concordata, transigir, firmar compromissos, renunciar, passar recibos, pagar taxas e dar quitação, assinar termo de inventariante, finalmente tudo o que for preciso para o fiel cumprimento deste mandato.

Teresina(PI), 20 de dezembro de 2019

Maria de Fátima Costa

OUTORGANTE

Página 1





**PROCESSO Nº: 0800250-92.2020.8.18.0140**  
**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]**  
**AUTOR: MARIA DE FATIMA COSTA**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **ATO ORDINATÓRIO**

Regularize a parte autora sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentando a procuração ou substabelecimento outorgada ao advogado(a) que assinou eletronicamente a petição inicial, Dr(a). CLAUDIA MARIA TERTULINO COSTA, OAB-PI 11.719, uma vez que na procuração ID 7787261, juntada aos autos, não consta o r deste(a).

TERESINA-PI, 27 de janeiro de 2020.

**EFIGENIA MARIA BORGES DA SILVA**  
**Secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Teresina**





inicial



# Escritório de Advocacia

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA - PIAUÍ.**

**MARIA DE FÁTIMA COSTA**, brasileira, portadora da Identidade (RG) nº 1.226.112 SSP-PI e CPF. nº 504.722.323-04, residente e domiciliada na Rua Fortaleza, Q-R01, C-06, Parque Brasil, Teresina - Piauí, CEP 64012-015, por sua procuradora, *in fine*, mandato anexo, com escritório profissional na Av. Abdias Neves, nº 1850, aptº. 602-A, Bairro Cristo Rei, Teresina- PI, Email: [claudiatertulinocosta@hotmail.com](mailto:claudiatertulinocosta@hotmail.com), onde recebe as comunicações de estilo, vem, com o devido respeito, à presença de Vossa Excelência, propor a presente:

## **AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT**

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, sediada na Av. Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com arrimo na Lei nº 6.194/1974 alterada pela Lei nº 8441/92 e com base nos fatos e fundamentos jurídicos a seguir aduzidos:

Por oportuno, o advogado subscrito desta declara, sob sua responsabilidade pessoal, a autenticidade das cópias de documentos acostados a esta inicial.

**PRELIMINARMENTE**

Página 1



# Escritório de Advocacia

---

## I - DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Inicialmente a Autora declara, sob as penas da Lei, que não está em condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, e pleiteia os benefícios da Justiça Gratuita, assegurada pelo art. 4º da Lei 1.060/50.

Reza o “Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.”

## II - DAS RAZÕES FÁTICAS

A Requerente foi vítima de acidente automobilístico ocorrido no dia 22/06/2019, às 10:00h, o mesmo trafegava conduzindo uma moto HONDA/POP100, PLACA PIL-4285, sendo socorrida pelo SAMU, conforme boletim de ocorrência e demais documentos juntados nos autos.

Nesse ínterim, a Requerente fora levado para o HUT, Hospital de Teresina, para realizar os procedimentos cirúrgicos, sofreu diversas **lesões corporais de natureza grave**, que podem ser percebidos os problemas, por meio de relatórios e prontuários médicos, conforme documentação acostada à exordial.

Verifica-se que a **Requerente encontra-se incapacitado para as ocupações habituais, não havendo nenhuma possibilidade de recuperação significativa ou de cura, conforme os documentos encartados nessa inicial**, os quais são suficientes para a comprovação dos danos sofridos pela mesma.

Dessa forma, os danos são inegáveis, em virtude do aludido acidente, teve sérios danos causados à sua integridade física, **dentre os quais FRATURA DE VÉRTEBRA LOMBAR, COM INCAPACIDADE PERMANENTE NO MEMBRO SUPERIOR.**



# Escritório de Advocacia

Como é notório, o Seguro Obrigatório tem por finalidade da proteção financeira às vítimas de acidente de trânsito, seja condutor, passageiro ou pedestre, compreendendo indenização por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar.

Dessa forma, após um período de recuperação dos traumas e do abalo psicológico que fora acometida, a Autora de posse dos prontuários, exames e laudos médicos, aptos a declarar a sua INCAPACIDADE PERMANENTE, solicitou junto à empresa requerida o pagamento do sinistro do seguro DPVAT - por INVALIDEZ, visto os danos sofridos, ficando impossibilitada do exercício da profissão por força do acidente ocorrido.

No ato do requerimento do pagamento do sinistro do seguro a **empresa Seguradora requereu documentações que comprovassem os fatos, como boletim de ocorrência, dentre outros documentos comprobatórios dos fatos e das lesões sofridas, tudo apresentado pelo Requerente à Seguradora nos termos da Relação de Documentos para Sinistro DPVAT.**

Ocorre que, para surpresa da Autora, e **apesar de toda a documentação apresentada e de ter sofrido graves danos físicos, passado por cirurgias, com DEFORMIDADE PERMANENTE**, entre outras agruras que vem sofrendo desde então, **recebeu a quantia ínfima de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).**

Desta forma, **deverá ser pago ao Requerente o valor da diferença integral da indenização de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).** Assim, recorre a parte Autora aos braços da justiça para fazer valer o seu direito a **indenização por Invalidez** na forma da fundamentação a seguir exposta:

### III - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

#### DO INTERESSE DE AGIR



# Escritório de Advocacia

A Constituição Federal assegura, em seu art. 5º que “A lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito”. Desta forma a Requerente não precisa se submeter às vaidades administrativas das seguradoras do Convênio DPVAT para ver atendido o seu direito previsto em lei.

No entanto, suscitar a falta de interesse de agir caracteriza total desentendimento com a CF/88. Nesse sentido, vejamos a jurisprudência:

**APELAÇÃO CÍVEL. SEUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.** 1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegura o pagamento da cobertura securitária. 2. **A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício do seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 700321435005, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, julgado em 30/09/2009).**

**APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - FALTA DE INTERESSE DE AGIR AFASTADA - DESNECESSIDADE DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA CASSADA.** Frente à atual orientação do STJ, adiro ao entendimento da desnecessidade da comprovação da prévia recusa administrativa, a fim de que a parte se valha do judiciário para receber a indenização securitária decorrente do seguro DPVAT. Recurso provido; sentença cassada.

Página 4



# Escritório de Advocacia

(TJ-MG - AC: 10024110177359002 MG, Relator: Eduardo Mariné da Cunha, Data de Julgamento: 30/01/2014, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 11/02/2014)

**E M E N T A - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - FALTA DE INTERESSE DE AGIR - EXHAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA - DESNECESSIDADE - NULIDADE DA SENTENÇA - RECURSO PROVIDO.** Em se tratando de pagamento do seguro obrigatório DPVAT, não é necessário o esgotamento da esfera administrativa para o recebimento da indenização, tendo a parte interessada a faculdade de ajuizar a demanda diretamente perante o Poder Judiciário.

(TJ-MS - APL: 08014965520138120005 MS 0801496-55.2013.8.12.0005, Relator: Des. Eduardo Machado Rocha, Data de Julgamento: 15/04/2014, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 22/04/2014).

Portanto, **como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incomparável com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição Federal**, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas, esse princípio, resguarda o jurisdicionado no direito por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessas situações expostas.

## IV - DO NEXO DE CAUSALIDADE

Cumprе salientar que o Seguro Obrigatório DPVAT, foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

Página 5



# Escritório de Advocacia

É incontestável a ocorrência do acidente de trânsito, uma vez que **a Autora juntou aos autos os documentos que o comprovam (boletim de ocorrência, prontuários e laudos médicos) o que estabelecerá o nexo de causalidade.**

Assim, no que concerne a **invalidez permanente**, restou devidamente comprovada pelo **laudo médico, no qual restaram atestados os danos sofridos pela Requerente, entre eles FRATURA DE VÉRTEBRA LOMBAR, COM INCAPACIDADE PERMANENTE NO MEMBRO SUPERIOR.** Portanto **em virtude de tais lesões graves a Autora não consegue mais realizar atividades laborais, habituais, cotidianas.**

Dessa forma, ainda que, estando demonstrada a debilidade permanente, impõe-se a procedência da ação. Ademais a Lei nº 6.194/74 não traz nenhuma ressalva para que a invalidez decorrente da debilidade seja, de forma necessária, para o trabalho. Como no caso em tela, havendo a invalidez decorrente da debilidade permanente do membro, embora seja para algumas ocupações habituais, já está configurado o requisito necessário para autorizar o pagamento da indenização. Neste sentido vejamos:

**AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO DPVAT - INVALIDEZ FUNCIONAL - COMPROVAÇÃO - PAGAMENTO NA INTEGRALIDADE - SENTENÇA MANTIDA.** Não obstante a Súmula 474 do STJ, tratando-se de debilidade de caráter permanente de membro, apta a provocar incapacidade para o trabalho, cabível o pagamento integral do valor da perda, constante da tabela anexa à lei Nº 11.945/2009 a título de seguro DPVAT.

(TJ-MG - AC: 10313120224503001 MG, Relator: Wanderley Paiva, Data de Julgamento: 26/08/2015, Câmaras Cíveis / 11ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 01/09/2015)

**V - DO AFASTAMENTO DA CARÊNCIA DA AÇÃO. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA PELO CONVÊNIO COM TJPI Nº 069/2015**

Página 6



# Escritório de Advocacia

Vale destacar que a inexistência do laudo pericial do Instituto Médico Legal, no qual aponta o percentual e grau de invalidez decorrentes do acidente de trânsito, não inviabiliza a propositura da presente demanda e o seu andamento, eis eu existe outros meios de comprovar as sequelas apresentadas em decorrência do acidente.

Nesse sentido, o Tribunal de Justiça do Piauí, firmou convênio com a Seguradora Líder de nº 069/2015, através do qual o Douto Magistrado, responsável por dirimir a lide em que a Líder figura no polo passivo da ação, poderá marcar uma perícia médica judicial com perito de confiança e nomeado pelo Juiz, e a Seguradora arcará com os honorários periciais.

Dessa forma, MM Juiz, é que há de ser afastada a tese da carência da ação pela não realização do laudo pericial do I.M.L. Ressaltando ainda que os laudos e exames médicos anexados aos autos, suprem a carência do referido laudo, uma vez que foram confeccionados por profissionais legalmente habilitados e capazes e que possuem coerência e clareza suficientes para nortear o nobre julgador.

## VI - DA PREVISÃO LEGAL

Em conformidade com o art 3º da Lei 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT, compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas assistência médicas e suplementar. Vejamos:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente**, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...) OMISSIS

R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007





# Escritório de Advocacia

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007).**

**III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)**

Ora, Excelência, restados comprovadas as lesões sofridas e as alegações aqui prestadas, por meio das contundentes provas apresentadas, e sendo verossímeis os fatos presentes nesta exordial, cabe a este Juízo a determinação do pagamento do valor remanescente do sinistro, referente ao Seguro DPVAT, visto que devido em seu patamar maior e não pago na integralidade pela empresa seguradora requerida por ser expressão de justiça.

Entretanto, o valor pago a Requerente nada traz de coerência com a supracitada lei e seu anexo, não havendo correspondência do valor pago com os percentuais ali estampados, o que salta aos olhos tal disparidade.

**Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74.**

Ademais, ressalta-se que para o dever de indenizar por parte da Requerida, basta a simples **prova do acidente** e do **dano decorrente**, conforme prescreve o art 5º, §1º e §7º, da supra lei mencionada.

**Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.**



# Escritório de Advocacia

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

§ 7º Os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido e juros moratórios com base em critérios fixados na regulamentação específica de seguro privado. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007).

Portanto, verifica-se que qualquer pessoa, na hipótese de ser vitimada em acidente de trânsito e desde que haja **invalidéz permanente ou parcial de qualquer grau, terá direito a uma importância pecuniária a título de indenização**, a qual no caso em baila foi fixada em lei por valor equivalente **a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Nossos tribunais tem assim se manifestado, vejamos:

**AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO DPVAT - INVALIDEZ FUNCIONAL - COMPROVAÇÃO - PAGAMENTO NA INTEGRALIDADE - SENTENÇA MANTIDA.** Não obstante a Súmula 474 do STJ, tratando-se de debilidade de caráter permanente de membro, apta a provocar incapacidade para o trabalho, cabível o pagamento integral do valor da perda, constante da tabela anexa à lei Nº 11.945/2009 a título de seguro DPVAT.

(TJ-MG - AC: 10313120224503001 MG, Relator: Wanderley Paiva, Data de Julgamento: 26/08/2015, Câmaras Cíveis / 11ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 01/09/2015)

Desse modo, em vista da recusa da Seguradora em pagar a indenização integral pelo sinistro, muito embora tenha reconhecido na via administrativa a invalidez, não restou outra alternativa senão acionar o Poder Judiciário **para que imponha a Seguradora a**

Página 9



# Escritório de Advocacia

**obrigação de pagar a complementação da sua indenização na integralidade.**

## **VII - DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

**a) A concessão dos benefícios da Justiça Gratuita a Autora, em todas as fases do processo inclusive no caso de interposição de recurso**, por ser o mesmo pobre no sentido legal, não podendo arcar com quaisquer custas ou despesas conforme estabelece a Lei nº 1.060/50, art. 5º XXXV e LXXIV da CF/88, art.98 do NCPC;

**b) Que seja recebida e registrados os pedidos da presente ação**, designando-se desde logo, audiência de conciliação, citando a empresa Ré, na pessoa de seu representante legal, para querendo conteste todos os termos da presente demanda no prazo de 15 dias nos termos do art. 335 do NCPC, devendo a defesa está acompanhada dos estatutos sociais e demais provas.

**c) Frustrada a conciliação ou decretada à revelia, seja acolhido o pedido na íntegra condenando a empresa Ré ao pagamento integral da indenização no valor e R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, considerando que a Autora já recebeu **a importância de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, requer a diferença, o que **totaliza o valor de R\$ 12.656,25 (doze mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e setenta e cinco centavos)**, atualizados a data da liquidação do sinistro (art. 5º, §1º da lei 8.441/92 condenação a título de quantum indenizatório por Danos Pessoais por invalidez permanente.

**d) Seja a Requerida compelida a juntar nos autos, cópia integral do processo administrativo, que resultou no pagamento a Autora de quantia inferior ao devido, sob pena de ter contra si investido o ônus da prova;**



# Escritório de Advocacia

**d) Requer desde já seja afastada eventual alegação por parte da Requerida de carência da ação pela falta de realização do laudo do I.M.L,** tendo em vista a precária condição financeira da Autora e outros meios pelos quais poderá ser apurada o grau de limitação do membro afetado, principalmente com a realização da PERICIA JUDICIAL PELO CONVÊNIO 069/2015, firmado entre o Tribunal de Justiça do Piauí e a Seguradora Líder, bem como os laudos e exames médicos são capazes de elucidar o livre convencimento do nobre Julgador.

**e) Requer seja declarada a inconstitucionalidade do art. 8º da Lei 11.482/07, pois atenta diretamente ao princípio do não retrocesso social e as garantias constitucionais, bem ao mínimo existencial dos direitos sociais, devendo ser aplicado o art 3º da Lei 6.194/74 ao caso** e, somente subsidiariamente, a diferença com base no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

**f)** Requer ainda que seja aplicada a multa prevista Resolução nº 14 da SUSEP e 25.10.95 publicada no DOU de 0.03.98 em caso de não pagamento o valor da condenação no prazo de 15 dias após o trânsito em julgado esta ação.

**g)** Caso Vossa Excelência entenda necessário, seja decretada perícia médica judicial para que seja constatada a gravidade da lesão decorrente do acidente, pelo Convênio 069/2015 realizado entre o Tribunal de Justiça do Piauí e a Seguradora Líder, para que ao final seja paga ao Requerente a quantia que é de direito.

**g)** A condenação da Requerida ao pagamento das custas e honorários advocatícios sucumbenciais em 20% do valor da condenação, conforme art 85, do NCPC;

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente pelo depoimento pessoal das partes, oitiva de testemunhas, realização de perícias e juntada de quaisquer outros documentos que esse respeitável Juízo entender necessário.



# Escritório de Advocacia

Nos termos do art. 272, § 5º do CPC/2015 (constando dos autos pedido expresso, para que as comunicações dos atos processuais sejam feitas em nome dos advogados indicados, o seu desatendimento implicará nulidade), requer-se que as comunicações dos atos processuais sejam dirigidas à advogada Claudia Maria Tertulino Costa, OAB/PI nº 11.719, email: [claudiatertulinocosta@hotmail.com](mailto:claudiatertulinocosta@hotmail.com), com escritório profissional na Av. Abdias Neves, nº 1850, aptº. 602-A, bairro Cristo Rei, Teresina- PI, onde recebe as comunicações de estilo.

Dá-se à causa o valor da causa **R\$ 12.656,25 (doze mil, seiscentos e cinquenta e seis reais reais e setenta e cinco centavos)**, para fins meramente fiscais.

Termos em que  
Pede deferimento.

Teresina, 8 de janeiro de 2020.

Claudia Maria Tertulino Costa  
OAB/PI Nº 11.719



# Escritório de Advocacia

Rua Eletricista Guilherme, nº 954, Bairro Fátima, Teresina - PI.

## Procuração ad Judicia

MARIA DE FÁTIMA COSTA, brasileira, solteira, do RG nº 1.226.112 SSP/PI e CPF nº 722.323-04, residente e domiciliada na Rua Fortaleza, nº 801, C-06, Parque Brasília, Teresina/PI.

, no meia e constitui como seu bastanteprocurador, **Dr. Tiago Luiz Teixeira**, advogado, com registro na OAB/PI nº 7560, com escritório profissional sito à Rua Eletricista Guilherme, nº 954, Bairro Fátima, Nesta Cidade, onde recebe as intimações de estilo, concedendo amplos e ilimitados poderes com as cláusulas **ad judicia e extra** para foro em geral, para representá-lo em qualquer instância ou Tribunal, em qualquer ação em que o(s) outorgante(s) seja(m) autor(es) ou réu(s) ou de qualquer forma interessado(s), em conjunto ou separadamente, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, habilitar e retificar, ceder e prometer e em especial \_\_\_\_\_ receber e dar quitação, delas variar ou desistir, acompanhando-as em todos os seus termos até a final, podendo para tanto acordar, agravar ou apelar de qualquer despacho ou sentença, fazer e assinar requerimento, documentos necessários, produzir provas, justificações, requerer falência ou concordata, transigir, firmar compromissos, renunciar, passar recibos, pagar taxas, receber e dar quitação, assinar termo de inventariante, finalmente tudo o que for preciso para o fiel cumprimento deste mandato.

Teresina, PI, 16 de dezembro 2019

Maria de Fátima Costa

Página 1 de 1

Tiago Luiz Teixeira  
OAB PI 7560

Telefone: 86 99418 4948

Email:  
tiagoluiz.advogado@hotmail.com

[illegible]

REGISTRO GERAL

REGISTRADO 1.226.112

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

DATA DE EXPEDICÃO 12.11.91

NOME MARIA DE FÁTIMA COSTA

RUA Francisco Luiz de Sousa Costa

Modestina Ribeiro da Costa

Campo Maior, PI

NATURALIDADE

Nasc. 4.988.11v.165.a.fl.s.297.Exp

doe.Ordem

Campo Maior, PI.10.12.75

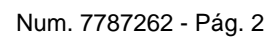
DATA DE NASCIMENTO 28.Out.1975

CPF

Pedro Costa

Assessoria de Imprensa

LEIN 7.119 DE 2006/1



NOME/INDETECO: MORADOR MARIA DE FÁTIMA COSTA  
RUA FORTALEZA PO BRASIL 2331 CASA 000 PARQUE BRASIL-TERESINA PI CEP: 63016-000  
LOCALIZAÇÃO: 018-000077-0000770  
MÊS/ANO TIPO LITRO FATORADO: 1 Residencial Normal

ANTERIOR: 28/05/2019 4  
ATUAL: 26/06/2019 6  
LITROS: 10 MS PAGAR: 00,00 COTAR: 00,00

TABELA DE TÁRIFAS		DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DA ATIVIDADE	
RESIDENCIAL	FAZDA DE CONSUMO R\$/M³ (N)	VALOR REFERENCIAL ÁGUA	13,45
		> Residencial Normal	13,45
		JUROS DE FOMENTO PARCELAMENTO	3,23
		JUROS DE PARCELAMENTO	0,00
		MULTA DO PARCELAMENTO	0,00
		PARCELAMENTO	10,22
NÃO RESIDENCIAL	FAZDA DE CONSUMO R\$/(M³) (N)		
		VENCIMENTO	08/07/2019
		TOTAL A PAGAR	33,93

IRREGULARIDADES / ANORMALIDADES

MENSAGEM: NOSSOS ARQUIVOS ACUMAM(AM) 1 DEBITO(S) ATENÇÃO: VENCIMENTO A CURTO PROCURE A LOJA DE ATENDIMENTO.

**NOTIFICAÇÃO**  
Aqui se encontra o valor devido por este cliente, referente ao consumo de água e esgoto, conforme a tabela de tarifas e a leitura do medidor.

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E QUÍMICAS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA (PORTARIA 2.342.3234 DO M.S. E DECRETO Nº 1.440)

PARÂMETROS	AMOSTRAS REALIZADAS	AMOSTRAS EM CONFORMIDADE	AMOSTRAS EM DESCONFORMIDADE	MÉDIA - MFS	VALOR PERMITIDO
CLORO LITRE	2330	2339	41	1,42	0,50 a 1,00
ODOR APARENTE	2363	2168	225	1,17	inferior a 2,0
PH	1865	1528	32	6,22	6,50 a 8,50
TURBIDEZ	2384	2272	112	2,15	inferior a 5,0
ODOR FORTES TOTAIS					

CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA (PORTARIA 2.342.3234 DO M.S. E DECRETO Nº 1.440)

PARÂMETROS	AMOSTRAS REALIZADAS	AMOSTRAS EM CONFORMIDADE	AMOSTRAS EM DESCONFORMIDADE	MÉDIA - MFS	VALOR PERMITIDO
ESCOLHIDA	660	656	4	Ausente	Ausente
	660	660	0	Ausente	Ausente

DATA DA EMISSÃO: 26/06/2019 HORA DA EMISSÃO: 13:13

TO: 1.32  
ÁGUAS DE  
**CE TERES**  
INSCRIÇÃO: 25668595-9  
FATURA Nº: 000000000-0  
Mês/Ano: 06/2019  
VENCIMENTO: 08/07/2019  
VALOR A PAGAR: 33,93



**\*\*\* AVISO DE DÉBITO \*\*\***  
Prezado cliente,  
Não identificamos o pagamento do(s) débito(s) com a relação dada.  
Deste modo, solicitamos que regularize sua situação junto a nossa empresa, ou faça contato para esclarecimentos através do 0800 223 2000. Os encargos correspondentes aos débitos listados serão cobrados na próxima fatura.



## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

MARIA DE FÁTIMA LOSTA, brasileira	
Brasileiro (a)	
RG nº: 1.226.112.55P/PI	CPF/MF nº: 504.722.323-04
Endereço: residente na Rua Fortaleza, Q-R01, c-06, Parque Brasil, Teresina/PI	
DECLARA para os fins de obtenção de <b>ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA</b> que é reconhecidamente pobre no sentido legal, não tendo recursos que lhe permitam custear as despesas referentes a um processo judicial de	
, sem o prejuízo de seu próprio sustento, vez que recebe mensalmente a quantia de R\$: ( ) e que está necessitando com urgência do fim de ver seu direito líquido e certo amparado pela Justiça, tudo nos termos da Lei 7.115/83, com a redação que lhe deu a Lei 7.510/86 e 1060/50, ofício circular 187/2013, art. 98, do CPC/15 e art. 5º, LXXIV, da CF/88, juntando para tanto os documentos probatórios necessários anexadas a esta presente declaração.	

Teresina-PI, 16 de dezembro de 2019.

Maria de Fátima Losta

(CPF 504.722.323-04)

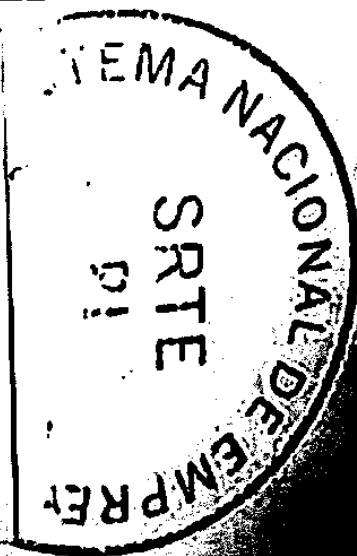




MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL  
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número ..... 047478 Série ..... J0027-P1

Assinatura de *Fátima Costa*  
ASSINATURA DO PORTADOR



QUANTIFICACAO GML

Me Mônica de Fátima Costa

Nasc. 02/07/1971  
Profissão: COZINHEIRA  
M.O. de 1.226,11  
Nº R.G. 1.226.112-5

ESTRANGEIROS

Adquirida ao Brasil em 11/11/99 Doc. Ident. Nº 114

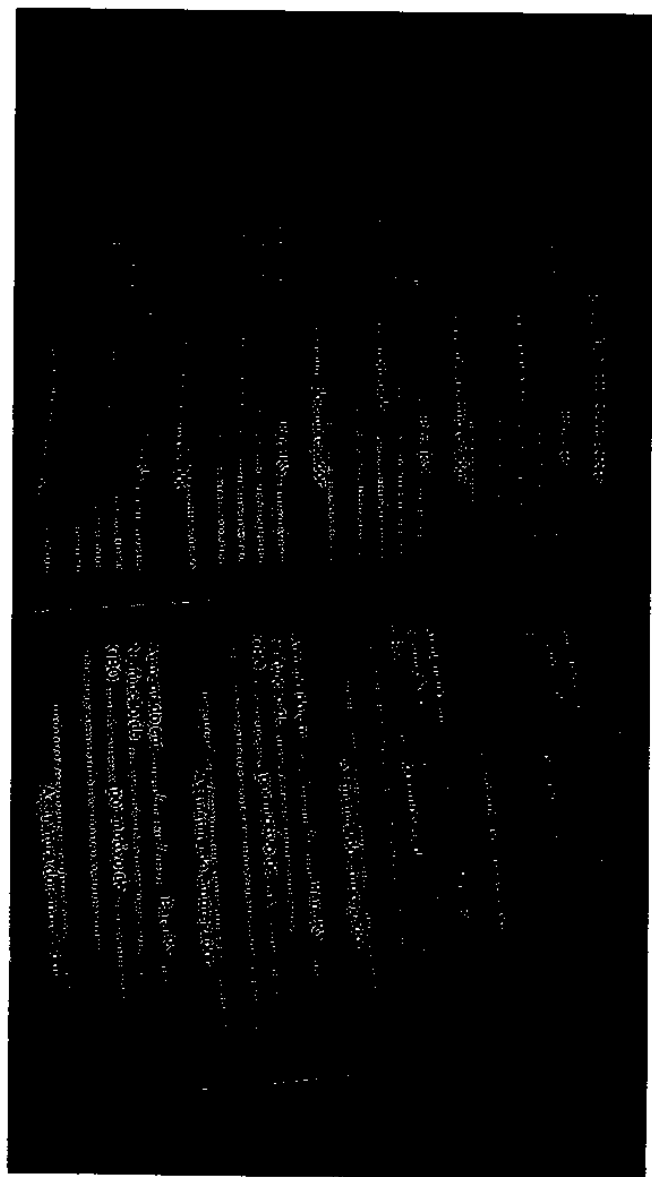
em 11/11/99 Estado

S. 11/11/99  
Data Emissão 11/11/99

DRT

Assinatura do Funcionário  
Francisco das Chagas Costa

Assinatura do Funcionário



# ADICIONAIS DE SALÁRIO

Para R\$ .....

Assinatura do empregador

Assinatura do empregador

Para R\$ .....

Assinatura do empregador

Assinatura do empregador

Para R\$ .....

Assinatura do empregador

Assinatura do empregador

Para R\$ .....

Assinatura do empregador

Assinatura do empregador

# ADICIONAIS DE SALÁRIO

Para R\$ .....

Assinatura do empregador

Assinatura do empregador

Para R\$ .....

Assinatura do empregador

Assinatura do empregador

Para R\$ .....

Assinatura do empregador

CBO .....

Assinatura do empregador

Assinatura do empregador

Na função de .....

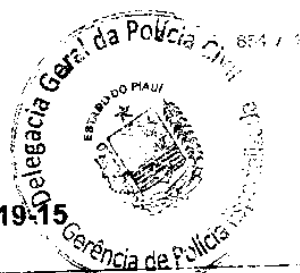
CBO .....

Assinatura do empregador





Governo do Estado do Piauí  
Secretaria de Segurança Pública  
Delegacia Geral de Polícia Civil  
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 100203.003278/2019-15

Unidade de Registro: GERÊNCIA DE POLÍCIA ESPECIALIZADA

Resp. pelo Registro: Edvar Ferreira Nunes

Data/Hora: 27/08/2019 - 13:05

Unidade Policial Responsável

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

Data/Hora

22/06/2019 - 10:00

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Endereço

RUA ALZAIR CARVALHO, Nº:

Complemento

Bairro

PROMORAR

Ponto de Referência

VIADUTO ATACADÃO

Nome: MARIA DE FÁTIMA COSTA

RG: 1226112SSPP1

Mãe: MODESTINA RIBEIRO DA COSTA

Endereço: RUA FORTALEZA Q.R-1, C.8, Nº

Complemento: I

Bairro: PARQUE BRASIL

Cidade: TERESINA

Telefone(s): 86-9986-0900

Tipo Envolv.: VÍTIMA/Notificante

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

A NOTICIANTE/VÍTIMA RELATA QUE CONDUZIA O VEÍCULO-I MOTO HONDA/POP100, COR VERMELHA, ANO 2015/2016, PLACA PIL-4285, DE PROPRIEDADE DA NOTICIANTE, NO ENDEREÇO ACIMA MENCIONADO, QUE O CONDUTOR DO VEÍCULO-II MOTO NÃO IDENTIFICADA COLIDIU NO VEÍCULO-I QUE MOTIVOU O ACIDENTE, EM SEGUIDA EVADIU-SE DO LOCAL. A NOTICIANTE VÍTIMA FOI SOCORRIDA PELO SAMU E LEVADA PARA O HUT. PRONTUÁRIO DE Nº433964. É O REGISTRO.

Edvar F. Nunes  
Edvar Ferreira Nunes - Mat.  
AGENTE DE POL.

Maria de Fátima Costa  
MARIA DE FÁTIMA COSTA - Notificante  
Responsável pela Informação

Lúcio Kelly Leal Paranhos  
Delegado Geral de Polícia Civil-PI  
Mat.: 196.331-7

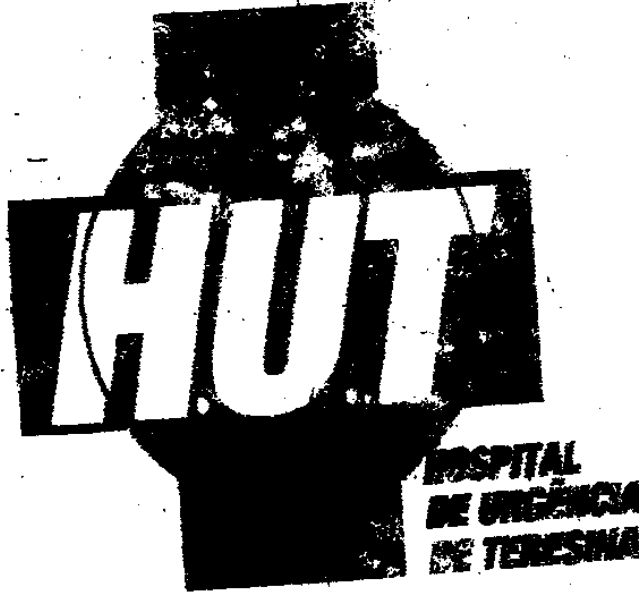
Boletim de Ocorrência emitido em: 27/08/2019 13:05 - SisBO@2011-2019 ATI

Página 1



Assinado eletronicamente por: CLAUDIA MARIA TERTULINO COSTA - 08/01/2020 12:06:04  
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20010812060448800000007441944>  
Número do documento: 20010812060448800000007441944

Num. 7787265 - Pág. 1



NOME DO PACIENTE: Maria de Fatima Costa

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 433964

**SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME**  
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO  
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS  
À SUA UTILIZAÇÃO".





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT  
Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445  
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

- Novo (at)  
- Ar. Geral

## BOLETIM DE ENTRADA (BE)

### DADOS DO PACIENTE:

Imp: 22/06/2019 10:57:33  
(User: CAMILA BOTELHO)  
(Estação: CONSULTA03)

Nome:	MARIA DE FATIMA COSTA	Prontuário:	433964
Mãe:	MODESTINA RIBEIRO DA COSTA	Pai:	FRANCISCO LUIZ DE SOUSA COSTA
End. Resid.:	RUA FORTALEZA QD R1 CS 06 - PARQUE BRASIL - TERESINA - PI - CEP: 64000-000		
Nascimento:	28/10/1975	Idade:	43a7m25d
Sexo:	Feminino	Fone:	86-99906-9906
Responsável:	O MESMO	CNS:	700200440533727
Profissão:	DOMESTICA	Documento:	CPF: 504.722.323-04
G. Instrução:	Médio Completo	E. Civil:	Solteiro(a)

### DADOS DO ATENDIMENTO:

Código:	727606	Entrada:	22/06/2019 10:45:04	Convênio:	S U S	Proced:	0301060929
Motivo da Procura	(Conforme Paciente/Acomp): ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC)						
Condução:	AMBULÂNCIA DO SAMU						

### DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sinal/Sintoma de Apresentação:	Classificação:	Cor:
TRAUMA TORACABDOMINAL	Dor intensa	Laranja
Breve História Clas. Risco: motoricista com realce de colisão com motociclista queixando dor sacral, encaminhada imediatamente para a sala de procedimentos		IRAILDES ALVES DE MOURA GOMES CRM 157540 Em: 22/06/2019 10:50:00

### SAVV:

(Hora: \_\_\_\_\_)

Peso: 0,00 Kg Altura: 0,00 M IMC: 0,00 Kg/m2 Pulso: bpm Pressão: mmHg

### Queixa Principal / Dados Clínicos / Conduta:

PACIENTE VÍTIMA DE ACIDENTE MOTOCICLISTICO, TRABADO PELO SAMU EM USO DE COLAR CERVICAL E PRANCHA RÍGIDA, NEGA USO DE CAPACETE. NEGA PERDA DE CONSCIÊNCIA, VÔMITOS OU OTORRAGIA. ORIENTADA, FASICA, CONCIENTE.

A) VIAS AERIAS PÉRVIAS, FASICO COM COLAR CERVICAL E PRANCHA RÍGIDA

B) MURMÚRIO VESICULAR PRESENTE BILATERALMENTE SEM RONCOS OU SIBLOS, PULSO: 64.BPM, SAT O2: 98%, FR 16 IRPM.

C) AC: RR, 2T, BNF, SS. SEM SANGRAMENTOS EVIDENTES. ABDOME PLANO, INDOLOR A PALPAÇÃO, DOLOROSO A DESCOMPRESSÃO BRUSCA. SEM SINAIS DE PERITONITE. PA 12CX70

D) GLASGOW 15 PUPILAS ISOCÓRICAS FOTORREAGENTES.

E) PCT SEM ESCORIAÇÕES, APRESENTA DOR DE FORTE INTENSIDADE EM COLUNA LOMBAR.

### Diagnóstico Inicial:

?

### Exames Complementares:

(1245062) - T.C. DE PELVE  
(1245063) - US DE ABDOME TOTAL  
(1245065) - COLUNA LOMBAR

### Prescrição Médica:

① Tramadol 50mg + 100ml SF 0,9% (Apaga 11:15)  
② SF 0,9% - para manter veia

### Motivo da Alta/Encerramento:

Observação (Adulto)

DATA: / /

HORA: :

Assinatura Paciente ou Responsável

CAMILA BOTELHO CAMPELO LEITE  
7212 Em: 22/06/2019 10:57:33







Estado do Piauí  
Prefeitura Municipal de Teresina

REGISTRO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR  
Serviço Móvel de Atendimento de Urgência - SAMU



SAMU  
192

Dados do Chamado	01 N° do chamado	02 Data do chamado	03 PRO (código)	04 Saída do PA	05 Chegada ao local
	06 Saída do local	07 Chegada ao 1° hospital	08 Saída do 1° hospital	09 Chegada ao 2° hospital	
Local da Ocorrência	10 Endereço	12 Município-UF			
	11 Bairro	Código IBGE			
Dados do Paciente	13 Ponto de referência	14 Nome	15 Sexo		
	16 Idade	Se idade ignorada, preencha com 999	17 Indícios de ingestão de bebida alcoólica?		
Tipo de Ocorrência	18 Tipo de ocorrência				
	19 Vítima				
Acidente de Transporte	20 Meio de locomoção				
	21 Outra parte envolvida				
Exame Físico	22 Equipamentos de segurança				
	23 Glasgow				
Assistência	24 Sinais Vitais				
	25 Local da lesão				
Hospital de Destino	26 Pupilas				
	27 Pulso				
Observações Interdisciplinar	28 Sangramento				
	29 Dor				
30 Escala de Dor de 0 a 10					
31 Procedimentos realizados					
32 Hospital de Destino					
33 Condições de entrada					
34 Óbito					
Observações Interdisciplinar					
Assinaturas e Rubricas					

11/2011

22/06/19

#123#

Trauma lateral após colisão com muro

Se Muro-

60-15, sem desloc. visível

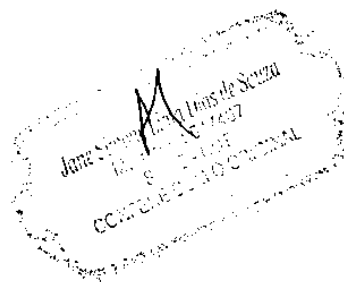
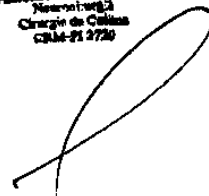
T.C. coluna lombar -

- Fratura compressiva L1 - L50% com  
envolvimento posterior; sem  
fragments no canal

Hq: Fratura L1 - Estável

En: Análise + estudo de fundo.

Alexsandro Carlos Nogueira  
Médico Legista  
Cirurgião de Coluna  
CRM-PR 2720



# PRESCRIÇÃO MÉDICA

NOME DO PACIENTE	PRONTUÁRIO	DATA DE NASCIMENTO	CLÍNICA	ENF. ou APT.	LEITO
Maria de Fátima Costa			P.O.2	J05	
DIAGNÓSTICO ATUAL E COMORBIDADES	MÉDICO ASSISTENTE				
Endurecimento LA - AAA - (E)	NEURO				
ALERGIAS	OBSERVAÇÕES				
cr = Sabotado colita					
PRESCRIÇÃO MÉDICA	HORÁRIO				
1. Dieta branda					# Cir. GASTRO 22/06/19 às 14:00h
2. SF 0,9% 2000ml EV dia					Paciente com T.R. no 3h
KCl 10% - 10ml/soro					Adm. Delavado a polipose profunda
3. Ranitidina 1amp + AD EV 8/8h					sem amolecimento inferior.
4. Dipirona 2ml + 8ml AD EV (SOS)					de abd. sem líquido livre, sem
5. Bromoprida 1amp + AD EV (SOS)					convulsões parciais
6. Fenitoina 2ml + 10ml AD EV 8/8h					LD: 100 unidades de soro
7. Haldol 1amp IM (SOS)					sem necessidade de clonazepam
8. Tramadol 100mg + 100ml SF 0,9% EV (SOS)					de cirurgia de urgência.
9. Dimorf 10mg + 7ml AD - fazer 3ml EV 4/4h ACM					+ observação do grupo
10. SSVV 6/6h					203cm 70kg 100/55/100
11. Narganon 5mg VO 1x 1x					PA 120/100mmHg - P 100bpm
12. Tildiem 1mg + 10ml N 12/12h					100% de cura



LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO  
DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

No. da Autorização de Internação Hospitalar (AIH)

241619  
216985

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1-Nome do estabelecimento solicitante: <b>HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT</b>	2-CNES <b>5828856</b>	Código da Internação:
3-Nome do estabelecimento executante: <b>HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT</b>	4-CNES <b>5828856</b>	<b>241619</b>

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5-Nome: <b>MARIA DE FATIMA COSTA</b>	6 - Prontuário: <b>433964</b>
CNS: <b>700200440533727</b> 8-Nascimento: <b>28/10/1975</b> 9-Sexo: <b>Feminino</b> CPF: <b>504.722.323-04</b>	12-Fone: <b>86-99906-9906</b>
11-Mãe: <b>MODESTINA RIBEIRO DA COSTA</b>	14-Cor: <b>Parda</b>
13-Resp: <b>(O MESMO)</b>	
15-Ender: <b>RUA FORTALEZA QD RI CS 06 - PARQUE BRASIL - CEP: 64000-000</b>	
16-Munic: <b>TERESINA</b> 17-Cod.IBGE: <b>221100</b> 18-UF: <b>PI</b> 19-CEP: <b>64000-000</b>	

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - Principais sinais e sintomas clínicos:

PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE MOTOCICLISTICO, TRAZIDO PELO SAMU EM USO DE COLAR CERVICAL E PRANCHA RIGIDA, NEGA USO DE CAPACETE. NEGA PERDA DE CONSCIÊNCIA, VÔMITOS OU OTORRAGIA. ORIENTADA, FASICA, CONCIENTE.  
PCT SEM ESCORIAÇÕES, APRESENTA DOR DE FORTE INTENSIDADE EM COLUNA LOMBAR.

21 - Condições que justificam a internação:

22 - ASSESSORAR resultados de provas diagnósticas (Resultado de exames realizados):

23-Diagnóstico Inicial:

EXAME CLÍNICO + TC DE CRÂNIO  
(Informação Posterior)

24-CID Prin: 25-CID Sec.: 26-CID C.Ass.:


PROCEDIMENTO SOLICITADO

28-Cod.Proced.: <b>0303040114</b>	27-Procedimento Solicitado: <b>TRATAMENTO CONSERVADOR DE TRAUMATISMO RAQUIMEDULAR</b>	Tempo em S
29-Clinica:	30-Caráter: Ident.: 31-Docum.: 32-Doc. Méd. Solic.: <b>02 01 CPF 963.249.613-20</b>	Dr. Marcus Vinícius O. dos Santos CRM: 3950 Coordenador - Neurocirurgia Hospital de Urgência de Teresina
33-Nome Profissional Solicitante/Assistente: <b>ANTONIO CARLOS BARBOSA SOUSA</b>	34-Data Solicitação: <b>22/06/2019</b>	35-Ass. Carimbo Med. Sol. (CRM):

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36- ( ) Acidente de Trânsito	39-CNPJ Seguradora:	40-No. Bilheta:	41-Série:
37- ( ) Acidente Trabalho Típico	42-CNPJ Empresa:	43-CNAE Empresa:	44-CBOR:
38- ( ) Acidente Trabalho Trajeto			
45 - Vínculo com a Previdência:			
( ) Empregado ( ) Empregador ( ) Autônomo ( ) Desempregado ( ) Aposentado ( ) Não Segurado			

AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador:		47-Data Autorização: <b>24/06/19</b>	<b>Celsio Pires Ferreira Filho</b> Assessor de Auditoria ORÇAMENTOS CRM - PI 4539 - CPF 023.561.511-9 CNS 2000000007441946
48-Documento: ( ) CNS ( ) CPF	49-Num. Documento:	50-Ass. Carimbo (Rg. Conselho):	
51 - Assinatura Paciente ou Responsável: 			Usuário: (MAIZA VAZ) Consulta Local: 727606 Consulta SUS: Impressão: 22/06/2019 12:10:23

<b>LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR</b>	Nº LAUDO: 216985 AIH: 2219100438027
FORMA DE ENTRADA: PRÓPRIO ESTABELECIMENTO	

### IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

<b>ESTABELECIMENTO SOLICITANTE</b> HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	CNES 5828856
<b>ESTABELECIMENTO EXECUTANTE</b> HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	CNES 5828856

### IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

<b>CARTÃO SUS</b> 700200440533727	<b>NOME DO PACIENTE</b> MARIA DE FATIMA COSTA	<b>NASCIMENTO</b> 28/10/1975	<b>SEXO</b> F	<b>PRONTUÁRIO</b> 433964
<b>DOCUMENTO CPF</b> 86999860900	<b>TELEFONE</b> 86999860900	<b>NOME DA MÃE</b> MODESTINA RIBEIRO DA COSTA	<b>RESPONSÁVEL</b> A MESMA	
<b>CEP</b> 63000000	<b>ENDEREÇO - LOGRADOURO</b> RUA FORTALEZA QUADRA RI			<b>NUMERO / LOTE</b> 06
<b>BAIRRO</b> PARQUE BRASIL II	<b>COMPLEMENTO</b>	<b>MUNICÍPIO</b> TERESINA	<b>UF</b> PI	

### LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

#### PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

PACIENTE VÍTIMA DE ACIDENTE MOTOCICLISTICO, TRAZIDO PELO SAMU EM USO DE COLAR CERVICAL E PRANCHA RÍGIDA, NEGA USO DE CAPACETE. NEGA PERDA DE CONSCIÊNCIA, VÔMITOS OU OTORRAGIA. ORIENTADA, FÁSICA, CONSCIENTE. FCT SEM ESCORIAÇÕES, APRESENTA DOR DE FORTE INTENSIDADE EM COLUNA LOMBAR.

#### CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

TRATAMENTO DE TRAUMATISMO RAQUIMEDULAR

#### PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS)

EXAME FÍSICO / T.C. DE COLUNA LOMBAR

#### INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

<b>CID 10 PRINCIPAL / DIAGNÓSTICO INICIAL</b> S320 - FRATURA DE VERTEBRA LOMBAR	<b>CID 10 SECUNDÁRIO</b>	<b>CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS</b>
--	--------------------------	---------------------------------

### PROCEDIMENTO SOLICITADO

<b>COD/DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO</b> 0303040114 - TRATAMENTO CONSERVADOR DE TRAUMATISMO RAQUIMEDULAR	
<b>LEITO/CLÍNICA</b> NEUROCIRURGIA	<b>PROFISSIONAL SOLICITANTE (ASSINATURA/CARIMBO/Nº DO CONSELHO)</b> ANTONIO CARLOS BARBOSA SOUSA CPF: 96324961320 CRM:
<b>CARÁTER</b> URGÊNCIA	<b>DATA SOLICITAÇÃO</b> 22/06/2019
<b>DATA ADMISSÃO</b> 22/06/2019 10:45	<b>DATA ALTA</b> 24/06/2019 15:00
<b>MOTIVO ALTA</b> MELHORADO	

### CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)

<b>TIPO ACIDENTE</b>	<b>CNPJ SEGURADORA</b>	<b>Nº DO BILHETE</b>	<b>SÉRIE</b>	<b>CNPJ DA EMPRESA</b>	<b>CNAE EMPRESA</b>	<b>CBOR</b>	<b>NATUREZA DA LESÃO</b>

### AUTORIZAÇÃO

#### JUSTIFICATIVA DA "NÃO" AUTORIZAÇÃO

<b>PROFISSIONAL AUTORIZADOR (ASSINATURA E CARIMBO/Nº DO CONSELHO)</b> ERICA PATRICIA CHAVES CPF: 89671341349 CRM:	<b>NOME DO PROFISSIONAL / PARECER/CONTROLE AVALIAÇÃO / AUDITORIA</b> DATA ANALISE: 22/06/2019 12:31:35
---	---

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção Fone: 86 3218 5445  
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

PRESCRIÇÃO MÉDICA No.: 50649 - Em: (24/06/2019)

Atendimento		Prontuário: Paciente:		Dt. Nasc. Clínica:		Enfermaria:		Leito:		Médico Assistente:	
241614		433964 MARIA DE FÁTIMA COSTA		28/10/1975 POSTO 3		ENFERMARIA 105		LEITO 08		LEONARDO DE MOURA SOUSA JUNIOR	
Evolução:		Alergias:		Diagnóstico/Comorbidades:		RELATÓRIO DE ENFERMAGEM:					
Hora:		Alergias:		Diagnóstico/Comorbidades:		15h - Paciente de alta hon					
		Alergias:		Diagnóstico/Comorbidades:		22 06					
		Alergias:		Diagnóstico/Comorbidades:		18 24 06 12					
		Alergias:		Diagnóstico/Comorbidades:		24 12					
		Alergias:		Diagnóstico/Comorbidades:		24 12					

Seq.:	Descrição-Apresentação/Observação:	Dose:	Unid.:	Via:	Int.:	Racont.:	Dil. Vol.:	Horários:
1	CLOROTO DE SÓDIO 0,9% (SORO FISIOLÓGICO) 1000ML SIST FECHADO	1,00	Frasco	EV	12/12h			
2	RANITIDINA 25MG/ML, INJ. C/2ML FAZER 2ML + 10ML DE AD	50,00	mg	EV	8/8h			
3	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML, INJ. 2ML.	1,00	Ampola	EV	6/6h			
4	BROMOPRIDA 5MG/ML, INJ. 2ML. FAZER 2ML + 8ML AD DE 8/8H EM CASO DE NAUSEAS OU VÔMITOS	1,00	Ampola	EV	6/6h			
5	HALOPERIDOL 5MG/ML, INJ. AMP 1ML. EM CASO DE AGITAÇÃO PSICOMOTORA	1,00	Ampola	IM	6/6h			
6	TRAMADOL 100MG/2ML INJETÁVEL FAZER EM 100ML SF 0,9% EV 6/6H	1,00	Ampola	EV	6/6h			
7	MORFINA, 10MG/ML INJ. C/1ML. DILUIR PARA 10 ML AD E ADMINISTRAR 3 ML DE 4/4H SE DOR INTENSA	1,00	Ampola	EV	6/6h			
8	CAPTOPRIL 25MG SE P/A 160/110*85	2,00	Comprim	Oral	6/6h			
9	DIAZEPAM 5MG	1,00	Comprim	Oral	12/12h			
10	TEMOXICAM 20MG/ML, PÓ P/SOL. INJ.	1,00	Ampola	EV	12/12h			

Observações Gerais:

CONSELHEIRO ELETRÔNICO - SISTEMA DE REGISTRO E MONITORAMENTO DE

Dr. João Alfredo  
Neurocirurgião

**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 - Redenção - Fone: 86 3218 5449  
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.517/0022-02

**LAUDO MÉDICO**

Paciente: **MARIA DE FATIMA COSTA** (Prontuário: 433964)  
Endereço: RUA FORTALEZA QD R1 CS 06 - PARQUE BRASIL - TERESINA - PI CEP: 64000-000  
Nascimento: 28/10/1975 Idade: 43a7m25d Sexo: Feminino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 727606  
Requisição: 968219 Solicitação: 22/06/2019 Solicitante: CAMILA BOTELHO CAMPELO LEITE  
Controle: 1245062 Convênio: S U S

**RELATÓRIO:**

Cod. GIA: 0206030037

Data Exame: 22/06/2019

**T.C. DE Pelve**

**TÉCNICA: EXAME FEITO EM TOMÓGRAFO MULT-SLICE, COM RECONSTRUÇÕES AXIAL, SAGITAL E CORONAL.**

**RELATÓRIO:**

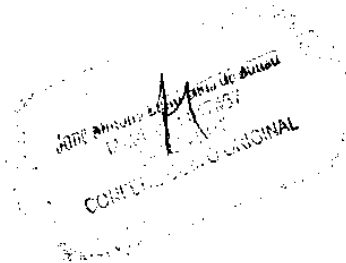
- CÁLCULO NO GRUPO CALICINAL INFERIOR DO RIM DIREITO, MEDINDO 0,3 cm.
- BEXIGA DE CONTORNOS REGULARES E DIMENSÕES NORMAIS.
- AUSÊNCIA DE LINFONODOMEGALIAS OU LÍQUIDO LIVRE NA CAVIDADE PÉLVICA.
- ALÇAS INTESTINAIS E RETOSSIGMOIDE DE ASPECTO E DISTRIBUIÇÃO NORMAIS.
- FLÉBOLITO PÉLVICO À DIREITA.
- FRATURA COMPRESSIVA DO CORPO VEREBRAL DE L1.

(PANDI SILVA)

TERESINA - PI 22/06/2019

**RAPHAEL VELOSO NUNES MARTINS**

CPI: 940.719.343-97 CRM 3645  
Profissional Responsável





**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 - Redenção - Fone: 86 3218 5445  
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

**LAUDO MÉDICO**

Paciente: **MARIA DE FATIMA COSTA** (Prontuário: 433964)  
Endereço: RUA FORTALEZA QD R1 CS 06 - PARQUE BRASIL - TERESINA - PI CEP: 64000-000  
Nascimento: 28/10/1975 Idade: 43a7m25d Sexo: Feminino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 727606  
Requisição: 968224 Solicitação: 22/06/2019 Solicitante: CAMILA BOTELHO CAMPELO LEITE  
Controle: 1245067 Convênio: S U S

**RELATÓRIO:**

Cod. SIA: 0206010028

Data Exame: 22/06/2019

**T.C. DE COLUNA LOMBAR**

**TÉCNICA: EXAME REALIZADO EM TOMÓGRAFO MULT-SLICE, COM RECONSTRUÇÕES MULTIPLANARES E VOLUMÉTRICA.**

- FRATURA COMPRESSIVA DO CORPO VERTEBRAL DE L1, COM IMPACÇÃO DO PLATÔ VERTEBRAL SUPERIOR E NOTANDO-SE RETROPULSÃO DO MURO PÔSTERO-SUPERIOR, QUE COMPRIME A FACE VENTRAL DO SACO DURAL E REDUZ A AMPLITUDE DO CANAL RAQUIANO.
- ESPONDILOSE LOMBAR.
- LÂMINAS E PEDÍCULOS ÍNTEGROS.
- ARTICULAÇÕES INTERAPOFISÁRIAS SEM ALTERAÇÕES.
- NÃO HÁ EVIDÊNCIA DE PROTRUSÕES DISCAIS SIGNIFICATIVAS NOS NÍVEIS ESTUDADOS.
- PARTES MOLES PARAVERTEBRAIS EUTRÓFICAS.

(IRANDI SILVA)

TERESINA - PI 22/06/2019

**RAPHAEL VELOSO NUNES MARTINS**

CPF: 940.719.343-87 CRM 3645  
Profissional Responsável

